

Economia Política Internacional

Análise estratégica

n. 9 - julho a dezembro de 2006
ISSN 1808-298X

Publicação Semestral do
Centro de Estudos de Relações
Econômicas Internacionais - CERI



EDITORIAL

*Marcos Antonio Macedo Cintra*¹
*Simone Deos*¹

O número 9 do Boletim *Economia Política Internacional: Análise Estratégica* traz um conjunto de contribuições bastante diversificado. “A dificuldade de Construir Consenso em uma Era de Extremos” – de Rubens Ricupero – é o texto de abertura. Nele há uma rica apreciação da Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2005, que tinha como objetivo promover as reformas de mais largo alcance da história das Nações Unidas. Para o autor, ao contrário da opinião de muitos analistas, a Cúpula não foi um fracasso – “o resultado foi melhor do que poderia ter sido”. Como pontos extremamente positivos, em meio a um ambiente internacional tão tenso e desequilibrado, cita a preservação da Carta da ONU e da segurança coletiva. E aponta progressos reais no tratamento das questões da construção da paz e da promoção dos direitos humanos.

Fábio Marvulle Bueno, ainda no âmbito do que poderíamos chamar de avaliação das instituições multilaterais, apresenta um aspecto do debate atual sobre o fundo monetário internacional (fmi) – “as condicionalidades do fundo monetário internacional”. seu texto conclui que houve mudanças de foco teórico e prático do fmi na globalização financeira, e que tais mudanças têm dois sentidos. o primeiro foi a tentativa do fundo para “enquadrar” as políticas econômicas das economias nacionais de uma forma peculiar: fazendo-as adotar a “agenda” do fmi como se delas fosse (*ownership*). já o segundo sentido das mudanças de foco teórico e prático do fmi na globalização financeira é a convergência dos estados nacionais sob plano de ajuste para o modelo de financiamento baseado nas finanças diretas internacionalizadas, o que reforça a centralidade do dólar e a hegemonia política americana.

Mário Ferreira Presser – “Os limites da autocrítica: o relatório de avaliação da assistência do Banco Mundial em assuntos relacionados ao comércio entre 1987 e 2004” – discute o relatório do Grupo Avaliador Independente (GAE), subordinado aos Diretores Executivos do Banco Mundial, sobre suas atividades de fomento ao comércio internacional entre 1987-2004. Com grande riqueza de

¹ Professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

detalhes, o autor mostra que o objetivo principal e imediato das políticas apoiadas pelo Banco era elevar o desempenho comercial e, conseqüentemente, o nível de renda dos países. “A hipótese implícita era que a expansão do comércio contribuiria para atingir o objetivo institucional maior do Banco de redução da pobreza, por meio do maior crescimento e da criação de empregos”. Entretanto, concluem que a despeito dos países cumprirem satisfatoriamente as condicionalidades impostas pelo Banco: *a liberalização comercial por si mesma não foi capaz de gerar um melhor desempenho econômico*. Diante disso, o Banco passou a admitir políticas estatais estratégicas para compensar falhas de mercados em informação e comunicação, como políticas complementares à liberalização.

Vivianne Ventura-Dias – “O comércio, a política comercial e as regras internacionais: como entender seus efeitos na equidade social e na equidade de gênero?” – debate os possíveis impactos diretos e indiretos do comércio e dos processos de integração econômica sobre os níveis de pobreza, equidade social e de gênero. À primeira vista, o comércio internacional, em um contexto de fragmentação da produção globalizada, mediante processos de des-localização e re-localização de empregos pelas empresas transnacionais, se evidencia como o responsável pelo crescimento das desigualdades tanto entre países, como no interior dos mesmos. Entretanto, a autora sugere que “as relações entre comércio, desigualdade e pobreza são ambíguas, não conclusivas”. Defende que as relações são indiretas, porque intermediadas pelo desempenho dos mercados de bens e produtos, e dependentes da atuação das instituições locais. Para a autora, “da mesma maneira que não existe uma relação simples entre comércio, crescimento de renda e geração de empregos, tampouco existe uma relação simples entre comércio e os seus efeitos negativos em termos de aumento da desigualdade social e de gênero, e dos níveis de pobreza”.

Andrés Ferrari e André Moreira Cunha – “La Grandeza del Mercosur en Cuestión” – analisam os principais conflitos em torno da integração regional dos países do Mercosul: a insatisfação dos sócios menores (Uruguai e Paraguai), a incorporação da Venezuela, o gás boliviano e o centro nevrálgico do processo, as relações entre Argentina e Brasil. Os autores sugerem que o Mercosul representa “*un bloque económico con objetivos a precisar*”. Vale dizer, os interesses nacionais continuam mais relevantes que os da integração econômica regional. Defendem, então, a necessidade de se retomar o projeto original, concebido pelos presidentes Alfonsín e Sarney. Nessa retomada, caberia ao Brasil exercer uma liderança mais ativa, de acordo com sua importância econômica.

José Luís Fiori – “Olhando para a Esquerda” – analisa a inflexão sincrônica da América Latina. Esse movimento configuraria uma verdadeira revolução político-eleitoral, sem precedentes na história do continente, e que coloca a esquerda frente ao desafio de governar democraticamente, convivendo – em geral – com a má vontade dos “mercados” e a hostilidade da grande imprensa. Tal desafio, a propósito, já foi vivido pela esquerda europeia no século XX, mas o paradoxo é que, neste exato momento, a esquerda europeia vem sofrendo sucessivas derrotas. A conclusão do autor a respeito desse movimento ímpar é de que é possível que a América Latina esteja vivendo o início de uma nova etapa de convergência entre as lutas nacionais e sociais dos povos menos favorecidos.

Cláudia Trevisan – “Os estrangeiros e a reforma do sistema financeiro chinês” – detalha a estratégia do Partido Comunista Chinês para tentar sanear os seus grandes bancos: lançar ações no mercado global, atrair sócios estrangeiros e, com isso, forçar as instituições a seguir as regras

internacionais de contabilidade e transparência exigidas das empresas abertas. Para a autora, o elevado volume de crédito bancário (US\$ 2,9 trilhões, o equivalente a 120% do Produto Interno Bruto, PIB) estimula o dinamismo dos investimentos, que corresponde a cerca de 50% do PIB, constituindo um dos motores de expansão econômica. Salienta, no entanto, a existência de um enorme patamar de empréstimos irrecuperáveis (*non-performing loans*) do sistema bancário chinês. As estimativas variam entre 30% e 40% do PIB, algo entre US\$ 660 bilhões a US\$ 880 bilhões. Em um primeiro momento, os grandes bancos estatais chineses passaram por uma ampla reestruturação nos últimos anos, mediante recapitalização pelo governo e transferência de créditos de recuperação duvidosa para outras estatais.

Em um segundo momento, a partir de 15 de dezembro de 2006, os bancos estrangeiros poderão competir no varejo, com abertura de agência e oferta de serviços em yuans para pessoas físicas e jurídicas, segundo o cronograma de abertura do setor financeiro da China fixado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Eles somente podiam realizar operações em dólares e restritas a empresas. Para operar no mercado bancário chinês, no entanto, os bancos estrangeiros terão de cumprir uma série de exigências, tais como criar novas empresas na China e não meras filiais, com capital mínimo de US\$ 125 milhões; fazer provisões de US\$ 12,5 milhões para cada nova agência que abrirem no país.

A abertura do sistema bancário chinês deverá desencadear uma feroz concorrência para operar no mercado mais populoso do mundo, que registra taxas anuais de crescimento de 9,6% desde 1978, com volume de depósitos de US\$ 4,3 trilhões, ou 170% do PIB. Citibank, HSBC, Bank of American, Goldman Sachs e American Express já deram os primeiros passos na corrida, por meio da compra de participações minoritárias em bancos estatais chineses. Em meados de novembro de 2006, o Guangdong Development Bank aceitou a oferta de compra por US\$ 3,1 bilhões realizada por um consórcio, liderado pelo Citigroup, a IBM e quatro investidores chineses (State Grid Corp., a China Life Insurance, a Citic Trust & Investment e a Yangpu Puhua investment). O consórcio irá efetuar também uma aliança estratégica em áreas como administração de dívidas, tecnologia da informação e recursos humanos.